

Resenha

**Mídia e Violência: tendências na cobertura
da criminalidade e segurança no Brasil**
(RAMOS, Silvia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. 192p)

Luís Carlos Venceslau FRANCO¹

Uma das maiores preocupações dos moradores de grandes áreas urbanas hoje é sem dúvida a questão da violência e da segurança pública. Cada vez mais, esta pauta vem permeando discussões nos mais diferentes âmbitos (institucional, governamental, acadêmico, no cotidiano), e como se trata de assunto de interesse público, a mídia até pela sua razão de ser se debruça sobre ele, no que muitas vezes pode gerar coberturas que nem sempre dão conta da complexidade que o fenômeno da violência atingiu nas últimas décadas. É apoiado nessa relação por vezes problemática entre a mídia e a realidade da violência que *Mídia e violência* lança suas luzes.

Produzido pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes após três anos de pesquisas sobre a produção diária de jornais, *Mídia e Violência* parte de dois questionamentos aparentemente simples que nortearam todo o livro: 1) como os jornais cobrem violência, segurança pública, crime e polícia? E 2) Como é possível melhorar esta cobertura?

De acordo com Silvia Ramos e Anabela Paiva, pesquisadoras do CESeC da Universidade Cândido Mendes e organizadoras do livro, foi durante os anos 90 que diferentes setores da sociedade se deram conta da gravidade que a questão da violência urbana havia alcançado, levando-se em conta o crescimento acelerado do número de homicídios já a partir da década anterior. Em meio a diversas iniciativas, pesquisas e denúncias a cerca deste estado de coisas, os jornais aos poucos iniciaram um processo de qualificação das coberturas de violência, algo que ainda está em andamento e que pode ser mais rápido ou mais lento dependendo do local e do veículo.

Segundo as autoras, o abandono de velhas práticas (trocas de favores com policiais, sensacionalismo) tende a dar uma maturidade à mídia, inclusive no que tange

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB). E-mail: luisvenceslau81@gmail.com

ao seu papel enquanto espaço de debate público e protetora dos direitos humanos no Brasil. Para Silvia Ramos e Anabela Paiva, as contribuições da academia, aliadas aos conhecimentos de especialistas da área, podem ser decisivas nessa mudança de postura, que elas acreditam ser um processo sem volta.

Através de uma metodologia que combinou pesquisa de textos, pesquisas quantitativas, entrevistas com profissionais de imprensa, pesquisadores, policiais e observadores, foi possível detectar pontos nevrálgicos da relação mídia-violência. Foram levantados temas polêmicos, deficiências, erros recorrentes bem como boas experiências que já estão em prática no Brasil. Por esse viés, o livro problematiza diferentes tópicos a cerca das coberturas, como a relação com as fontes, a exposição de bandidos, o tratamento dado à periferia, a segurança dos profissionais de imprensa, a forma como lidar com temas como seqüestros, suicídios e violência doméstica, e por fim a uso correto de conceitos e estatísticas por jornais quando o foco é a violência urbana e a segurança pública.

Já no primeiro capítulo “Esqueçam o cadáver: mudanças na cobertura de polícia e segurança pública”, são apontadas direções no tocante à melhoria dessas coberturas que estaria, segundo as autoras, numa mudança de atitude dos jornais em não apenas se limitarem ao tratamento superficial das notícias sobre crime, mas sim que também visassem tomar a dianteira quanto a um debate mais aprofundado sobre a crise da segurança pública. Isto decorreria em parte de uma nova postura editorial mas também de uma melhor qualificação dos profissionais que lidam com o tema dentro dos jornais, ampliando seus conhecimentos sobre os papéis e atribuições da polícia, Ministério Público, Justiça, Sistema Penitenciário, etc.

O segundo capítulo tem um título auto-explicativo: “Dependentes de BO: o desafio de ir além das fontes policiais”. Nele, o foco está no predomínio das versões oficiais dos órgãos de segurança nas matérias jornalísticas, o que acaba reduzindo a capacidade de crítica dos veículos de imprensa quanto às ações desses mesmos órgãos. Ampliar diversidade de vozes nas páginas, manter a independência e criar novos padrões de apuração, com novos canais de diálogo com a sociedade (ONGs, pesquisadores, lideranças comunitárias) são saídas para uma melhor qualificação da informação jornalística.

O tratamento dado a criminosos, facções, suspeitos, menores infratores e sistema penitenciário é o tema do terceiro capítulo “Fama de mau: os bandidos na imprensa”. Nele são relatados diferentes posicionamentos de jornalistas e órgãos de imprensa quanto à exposição de bandidos na mídia, precauções e diretrizes no sentido de não exaltar figuras que podem se tornar influentes, legitimando seu discurso, e ao mesmo tempo não incorrer em estereótipos que só reforçam o senso comum e não privilegiam uma análise que vise esclarecer o leitor.

O capítulo seguinte, intitulado “Cenários da violência: estereótipos na cobertura da favelas e periferias” traz uma espécie de mea culpa da imprensa em relação a cobertura estigmatizante de favelas e periferias. Exemplos mostram que o melhor caminho para aprimorar esse tratamento dos espaços populares está na busca de uma aproximação com essas comunidades através do diálogo com centros de estudo, entidades de defesa dos direitos humanos, e ONGs, em vias de retratar aquele espaço de uma forma mais ampla, e não apenas privilegiando um determinado aspecto quase sempre negativo.

“Avalia aí: a segurança do profissional de imprensa” é o título do quinto capítulo que, como já se percebe, trata de como o jornalista deve se portar em ambientes potencialmente perigosos para a sua atividade e para a sua integridade física. O caso Tim Lopes (jornalista da Globo capturado e morto numa favela do Rio de Janeiro em 2002) se torna emblemático nesse sentido, e trouxe inúmeros questionamentos que vão desde a utilização ou não de carros blindados e coletes, a atuação de jornalistas em grupo, a cooperação entre veículos de imprensa, avaliação prévia de riscos, até a necessidade de apoio psicológico aos profissionais que estão nessa área do jornalismo. “Em síntese, a busca do exercício seguro da profissão de jornalista passa pela revisão de critérios tradicionalmente associados a profissão. Em situações de tensão, a colaboração entre profissionais deve substituir a competição” (p. 108).

O capítulo “Seqüestros e suicídios: notícias que muitos jornais preferem não publicar” talvez seja o mais delicado de todos por lidar com circunstâncias que estão além da questão da violência, indo ao imaginário social e cultural de um determinado contexto. Nele vemos uma série de posicionamentos sobre a forma como seqüestros e suicídios são tratados por jornalistas e veículos. No geral, o que se percebe é um

profundo dilema entre aquilo que merece ser noticiado e as conseqüências imprevisíveis que a divulgação desses temas podem trazer diretamente sobre a vida de terceiros.

Outro dilema também marca o capítulo seguinte: “Na gaveta: os temas que não aparecem na cobertura”. Ele trata basicamente sobre dois temas que segundo as autoras ainda não tem o espaço merecido nos jornais: o estupro e a violência doméstica. Em ambos os casos, a dificuldade de comprovação, apuração, e identificação da vítima levam os jornais a privilegiarem histórias com mais impacto, no caso aquelas que versam sobre crimes, assaltos e conflitos diversos. “Parte da razão para a predominância do tema crime organizado sobre os outros assuntos pode estar vinculada à primazia das fontes policiais sobre todas as outras” (p. 136). Na questão da violência doméstica, tudo se torna ainda difícil devido às relações complexas entre agressor e vítima e a tudo que diz respeito à esfera privada. De acordo com as autoras, apesar de tantos obstáculos, o tema se tornou mais recorrente na mídia na última década, o que se deve em grande parte à mobilização das vítimas e dos movimentos de mulheres.

“Estatísticas de segurança: para que servem e como usa-las” encerra o livro fornecendo um verdadeiro apanhado de conceitos e técnicas que podem auxiliar o jornalista numa cobertura mais acurada e criteriosa de temas ligados à violência e segurança pública. Essas técnicas incluem desde a forma de encarar e apurar os fatos a serem narrados nas matérias, a utilização de estatísticas, a apresentação de dados, gráficos, números, o conhecimento de fontes oficiais, isto sem desconsiderar a possibilidade de que fontes, cientes da abrangência da imprensa, possam manipular dados com as mais variadas motivações e interesses.

Ao término do livro, podemos concluir que esta publicação traz um debate bastante lúcido e profundo a respeito daquela dimensão do fazer jornalístico que lida com uma das questões mais pungentes do mundo contemporâneo, que é o caso da segurança pública e da violência em todos os seus matizes. Apesar da pesquisa ter focado em publicações de apenas três estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais), o que pode não traduzir a totalidade do momento atual no Brasil inteiro, *Mídia e Violência* promove um encontro ágil entre a práxis e a teoria no momento em que entrecorta os seus capítulos com entrevistas, depoimentos e artigos de especialistas, policiais e jornalistas.

Mais do que um conjunto de técnicas e fórmulas, *Mídia e Violência* tem o diferencial de convergir diferentes saberes, oriundos de variados estratos, em prol de um aprimoramento para a mídia que vai além do exercício jornalístico. Logo no começo, as autoras partem da compreensão de que uma imprensa responsável, ciente do contexto em que está inserida e que trabalha em sintonia com a promoção dos direitos humanos pode ser mais um vetor para que a sociedade atinja outros patamares na cidadania e na justiça social. Pode-se dizer que este pano de fundo é a contribuição fundamental da obra.